



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 4ª Região



Colégio
M0001

Sala
0001

Ordem
0001

Julho/2025

Concurso Público para Provimento de Cargos de Analista Judiciário – Área Apoio Especializado Especialidade Arquitetura

Nome do Candidato
Caderno de Prova '16', Tipo 002

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-002

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Michel Foucault, filósofo francês, dedicou-se à reflexão entre poder e conhecimento.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso. Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

Escolha ética do sujeito

*Afirma o psiquiatra e terapeuta suíço Carl Gustav Jung, em seu livro **Memórias, sonhos e reflexões**: “Quando se toca no mal, corre-se o risco iminente de se sucumbir a ele. O homem, de um modo geral, não deve sucumbir nem mesmo ao bem. Um pretensão bem ao qual se sucumbe perde seu caráter moral, não porque tenha se tornado um mal em si, mas porque simplesmente se sucumbiu a ele.”*

Nessa passagem Jung faz compreender a condicionante decisiva desse especial e mais grave “sucumbir” que nos vitima: nossa submissão sem volta a um campo de julgamento em que os valores já estão firmados e cristalizados em polarizações mecânicas.

Para Jung, o bem e o mal “constituem, juntamente, um todo paradoxal”. E continua: “o indivíduo [...] procura ansiosamente as regras e as leis exteriores às quais possa ater-se cegamente nos momentos de perplexidade”. E lembra ele que é comum atribuir a essas regras e leis exteriores a qualificação definitiva de “fatos”, antes mesmo de qualquer busca de comprovação.

Pode parecer-nos oportuno abandonar, por exemplo, a complexidade dos desafios do nosso tempo para nos submetemos à ideologia mais confortável e simplificadora, à qual passamos a nos agarrar sem sombra de reflexão mais séria. Escolhemos aquilo que nos parece mais natural, mais fácil. No entanto, antes de julgar o valor da específica escolha adotada no cardápio vicioso de valores já assentados, Jung considera, assim, o malefício fundamental do nosso acatamento irrefletido de uma escolha que, a rigor, sequer chegamos a escolher.

(Silvério Tárrega, a editar)

1. Ao considerar os valores a que podemos sucumbir, Jung considera que
 - (A) nos momentos de perplexidade devemos avaliar a possibilidade de se escolher com ligeireza entre o bem e o mal.
 - (B) só os parâmetros marcadamente benévolos podem ser aceitos por nós sem qualquer restrição.
 - (C) a submissão ao mal é uma característica de quem não avaliou as vantagens inequívocas do bem.
 - (D) para virmos a adotar qualquer atitude ética precisamos confiar na nossa capacidade intuitiva.
 - (E) a mais grave das submissões está em nos resignarmos a acatar irrefletidamente normas externas de conduta.

2. A complexa e contraditória moral do homem pode ser deduzida da seguinte passagem do texto:
 - (A) *nosso acatamento irrefletido de uma escolha.*
 - (B) *Quando se toca no mal, corre-se o risco iminente de se sucumbir a ele.*
 - (C) *nossa submissão sem volta a um campo de julgamento em que os valores já estão firmados.*
 - (D) *o bem e o mal “constituem, juntamente, um todo paradoxal”.*
 - (E) *nos submetemos à ideologia mais confortável e simplificadora.*

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *acatamento irrefletido de uma escolha* (4º parágrafo) = sujeição da crítica a uma única opção.
 - (B) *risco iminente de se sucumbir* (1º parágrafo) = perigo transitório de se deixar tentar.
 - (C) *compreender a condicionante decisiva* (2º parágrafo) = dar-se conta da cláusula determinante.
 - (D) *às quais possa ater-se cegamente* (3º parágrafo) = nas quais tenha fé de modo irresoluto.
 - (E) *sem sombra de reflexão mais séria* (4º parágrafo) = à margem de uma revelação menos sombria.

4. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
 - (A) Cuidam de agir de acordo com sua consciência crítica aqueles a quem só anima uma reflexão isenta.
 - (B) Estendem-se aos seres humanos a possibilidade de resistirem aos valores morais extremos.
 - (C) Cuidarão bem de suas escolhas, em variadas circunstâncias, quem sobre elas refletir seriamente.
 - (D) Não haverão cautelas suficientes para chegar a bons resultados quem não tenha consciência das escolhas.
 - (E) Devem-se aprimorar nas escolhas a serem feitas o critério moral que melhor possa sustentá-las.



5. É gramaticalmente regular a substituição proposta para o elemento sublinhado na frase:
- (A) à qual passamos a nos agarrar = mediante a qual
 - (B) *Um pretenseu bem ao qual se sucumbe perde seu caráter moral* = pelo qual se é deixado levar.
 - (C) (...) *desse especial e mais grave "sucumbir" que nos vitima* = de cujo somos vítimas.
 - (D) *leis exteriores às quais possa ater-se* = das quais possa fixar-se.
 - (E) *é comum atribuir a essas regras* = delegar nessas

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

Sobre a tranquilidade da alma

Há desejos nossos que não devem ser levados para muito longe de nós; permitamos-lhes, então, que saiam apenas para as proximidades, de vez que não podem ser totalmente domesticados. Abandonando aquilo que não pode acontecer, ou que só muito dificilmente poderia estar ao nosso alcance, sigamos as coisas próximas que favorecem nossa esperança. Saibamos, no entanto, que essas coisas mais junto de nós podem ser levianas, e embora tenham por fora diversas faces, por dentro são igualmente vãs.

E não invejemos as criaturas que estão mais alto: o que parece altura é também precipício. Aqueles, pelo contrário, aos quais uma sorte iníqua conduziu a uma encruzilhada, mais seguros estarão diminuindo sua soberba nas coisas que naturalmente levam à altivez orgulhosa de si.

Muitos, na verdade, existem imperiosamente atados às alturas, e de lá não podem descer a não ser caindo. Nada, todavia, nos livrará das flutuações da alma como o saber fixar sempre um limite às ambições, sem deixá-las ao arbítrio da fortuna, assim como deter-nos a nós mesmos diante das promessas vertiginosas. Ainda que venham a excitar a alma, ou por isso mesmo, alguns dos nossos desejos, uma vez limitados, não avançarão temerariamente às regiões do que é imenso e incerto.

Vejam: é aos imperfeitos, medíocres e insensatos que se dirigem esses meus preceitos, não ao sábio. O sábio não precisa caminhar com timidez, pé ante pé: ele tem tanta confiança em si mesmo e em seus recursos que não hesita em sair ao encontro do seu destino. Não tem, por isso, que temê-lo; aprendeu a viver sabendo o que pertence ao rol das coisas precárias e o que, estando ao seu alcance, cumpre-lhe guardar como seu.

(Adaptado de SÊNECA. **Sobre a tranquilidade da alma**. Trad. José Rodrigues Seabra Filho. São Paulo: Nova Alexandria, 1994, p. 51)

6. Ao valorizar positivamente o senso que cada um de nós deve ter de seus próprios limites, Sêneca não deixa de relativizar essa virtude, ao nos advertir:
- (A) *Muitos, na verdade, existem imperiosamente atados às alturas* (3º parágrafo).
 - (B) *desejos nossos que não devem ser levados para muito longe de nós*. (1º parágrafo).
 - (C) *essas coisas mais junto de nós podem ser levianas* (1º parágrafo).
 - (D) *não invejemos as criaturas que estão mais alto* (2º parágrafo).
 - (E) *mais seguros estarão diminuindo sua soberba* (2º parágrafo).
7. Ao final do texto, Sêneca explica que seus preceitos se dirigem aos imperfeitos, medíocres e insensatos, porque acredita que
- (A) um homem sábio crê que as coisas precárias existem para se curvarem ao sentimento da ambição.
 - (B) as pessoas de má instrução necessitam mais do que as outras das luzes iluminadoras dos ideais humanos.
 - (C) as virtudes que ele apregoa visam à conversão de quem não sabe valorizar a ambição humana.
 - (D) os demais homens já renunciaram aos altos ideais, conformando-se sabiamente com a fatalidade das coisas vãs.
 - (E) os sábios já divisam dentro de si mesmos o que lhes cabe limitar para poderem cumprir seu destino.



8. *E não invejemos as criaturas que estão mais alto: o que parece altura é também precipício.*

Numa nova redação, a frase acima manterá sua correção e sua coerência caso se substitua o segmento sublinhado por:

- (A) o precipício ilude quanto à sua altura.
- (B) assemelha-se ao que é alto tudo o que pode cair.
- (C) precipita-se de tão alto quanto parecia ser.
- (D) a ilusão da altura leva à grande queda.
- (E) a precipitação supõe a maior altura.

9. É plenamente regular a pontuação da frase:

- (A) É imperioso nesse texto, considerar que o destino impõe-se a nós, com a severidade de quem é forte, diante do fraco.
- (B) Estarão mais seguros aqueles que, com sensatez, avaliarem a força de seus limites, uma vez desafiados pelo destino.
- (C) Coube a Sêneca transmitir, aos seus contemporâneos, lições de virtudes que surpreendentemente, atravessaram os séculos.
- (D) Talvez Sêneca se incluía, entre os sábios confiantes nos preceitos que nos desviam da tentação do inalcançável.
- (E) Entendendo nossa alma, como uma região de flutuações íntimas, deveríamos atentar sempre, para evitar tais dissipações.

10. Ainda que venham a excitar a alma, alguns dos nossos desejos não serão contemplados.

A adequada correlação entre os tempos e os modos da frase acima estará mantida nesta outra configuração, substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:

- (A) tenham excitado – não terão sido contemplados.
- (B) viessem a excitar – não tinham sido contemplados.
- (C) excitassem – não foram contemplados.
- (D) excitem – não teriam contemplado.
- (E) tivessem excitado – não contemplarão.

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

11. Considere:

- I. Prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com maior dificuldade de inserção no campo de trabalho.
- II. Provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência, inclusive a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho.
- III. Oferta de aconselhamento e de apoio aos empregadores, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, exceto atitudinais.
- IV. Articulação intersetorial das políticas públicas.

Nos termos da Lei nº 13.146/2015, constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. A colocação competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, observadas determinadas diretrizes. Sobre tais diretrizes, está correto o que consta APENAS em

- (A) III.
- (B) I e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, II e III.



12. Os parques públicos, possuidores não só de belas paisagens vegetais, como de equipamentos de lazer e brinquedos, constituem grande atrativo à população. A Lei nº 10.098/2000 exige que uma porcentagem mínima de cada brinquedo e equipamento de lazer existentes em vias públicas, parques e demais espaços de uso público devem ser adaptados e identificados, tanto quanto tecnicamente possível, para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida. A porcentagem mínima mencionada e que deve ser observada, portanto, nos parques públicos corresponde a
- (A) 5%.
 - (B) 2%.
 - (C) 10%.
 - (D) 15%.
 - (E) 3%.

Inteligência Artificial e Inovação

13. Durante a implantação de sistemas de inteligência artificial em apoio à tramitação processual, a equipe de inovação tecnológica do Poder Judiciário é orientada a observar os princípios estabelecidos pela Resolução CNJ nº 332/2020. Nessa perspectiva, o uso de sistemas de IA no âmbito judicial deve ser conduzido de modo que
- (A) restrinja o desenvolvimento de soluções próprias em favor da adoção de tecnologias consolidadas no setor privado, com foco na padronização externa.
 - (B) favoreça soluções com alto grau de autonomia operacional, mesmo que a supervisão humana se restrinja a fases finais do processo.
 - (C) adote sistemas com foco na automação de decisões técnicas, reduzindo a necessidade de validação constante por profissionais do direito.
 - (D) garanta a transparência dos procedimentos e preserve os direitos fundamentais dos jurisdicionados.
 - (E) promova o uso de algoritmos com desempenho eficiente, ainda que desprovido de mecanismos nativos de interpretação de resultados pelos usuários.
14. Durante a elaboração de uma nova solução para triagem de processos no Poder Judiciário, a equipe de inovação propõe o uso de um modelo de linguagem de larga escala, capaz de interpretar textos jurídicos extensos, gerar resumos automáticos e classificar informações para facilitar a decisão humana. Com base nos conceitos de inteligência artificial (IA) e considerando o papel de diferentes sistemas, essa proposta caracteriza o uso de
- (A) um agente de IA voltado à mediação de tarefas cognitivas, com ênfase em respostas interativas e execução de comandos baseados em linguagem natural.
 - (B) um sistema baseado em regras fixas, capaz de extrair trechos padronizados de documentos, mas com capacidade contextual de interpretação ou síntese textual limitada.
 - (C) um sistema de IA generativa treinado para sintetizar textos a partir de conteúdos jurídicos, com foco em apoio à tomada de decisão e ausência de geração autônoma de novos dados.
 - (D) uma arquitetura de IA especializada em rotinas de classificação binária, estruturada com base em regras de decisão previamente parametrizadas.
 - (E) um modelo de linguagem de larga escala, especializado em processamento e compreensão de linguagem natural.

Sustentabilidade e Meio Ambiente

15. A Agenda 2030 da ONU é um plano global para se alcançar, em 2030, um mundo melhor para todos os povos e nações. A Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York, em setembro de 2015, com a participação de 193 estados membros, estabeleceu 17 objetivos de desenvolvimento sustentável. A esse respeito, o
- (A) ODS 6, sobre água e saneamento, limita-se a estabelecer metas para o acesso à água potável e saneamento básico em áreas urbanas, não se aplicando às áreas rurais.
 - (B) ODS 5, sobre igualdade de gênero, aborda exclusivamente o combate à violência física contra mulheres, não contemplando aspectos como participação política, empoderamento econômico ou discriminação no ambiente de trabalho.
 - (C) ODS 13, referente às mudanças climáticas, estabelece metas apenas para países industrializados, isentando países em desenvolvimento de compromissos com a redução de emissões de gases de efeito estufa.
 - (D) ODS 4 propõe assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas, com metas específicas para ampliar o acesso à educação em todos os níveis.
 - (E) ODS 1 foca exclusivamente na erradicação da fome e na segurança alimentar, não abordando outras dimensões da pobreza como acesso a serviços básicos ou proteção social.



16. Em 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou uma emergência climática sem precedentes, evidenciando os impactos devastadores da mudança climática em nível local e global. Diante desse cenário alarmante, torna-se imperativo que o Brasil intensifique seus esforços para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas. Nesse contexto, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187/2009, estabelece diretrizes fundamentais para a ação governamental e a mobilização da sociedade em busca de um desenvolvimento sustentável e resiliente, sendo que a referida lei estabelece que
- (A) a participação da sociedade civil no desenvolvimento e implementação da PNMC é restrita aos especialistas acadêmicos, não sendo permitida a contribuição de outros setores da sociedade.
 - (B) as empresas de pequeno porte estão isentas de adotar medidas de redução de emissões de gases de efeito estufa, sendo estas obrigações aplicáveis apenas às grandes corporações.
 - (C) o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), previsto na lei, é o único instrumento econômico disponível para a implementação da PNMC, não sendo permitida a utilização de outros mecanismos financeiros.
 - (D) os princípios da precaução e da prevenção não se aplicam à PNMC, que adota exclusivamente o princípio do poluidor-pagador como base para suas ações.
 - (E) todos têm o dever de atuar, em benefício das presentes e futuras gerações, para a redução dos impactos decorrentes das interferências antrópicas sobre o sistema climático.

Noções de Direito Administrativo

17. Considere a seguinte situação hipotética: Xisto é Prefeito de determinado Município do Estado do Rio Grande do Sul e está sendo processado pela prática de ato de improbidade administrativa causador de prejuízo ao erário. Na petição inicial, o Ministério Público, autor da ação, enquadrou a conduta de Xisto em um dos incisos do artigo 10, da Lei nº 8.429/1992. Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), caso Xisto seja condenado, uma das sanções passíveis de lhe ser aplicada, dentre outras, é o pagamento de multa civil
- (A) equivalente ao valor do dano, podendo ser aumentada até o dobro, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, o valor for ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade.
 - (B) de até 12 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente, podendo ser aumentada até o triplo, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, o valor for ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade.
 - (C) de até 24 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente, podendo ser aumentada até o dobro, em virtude da gravidade do ato praticado, independentemente da situação econômica do réu.
 - (D) equivalente ao valor do dano, não podendo ser aumentada em nenhuma circunstância, haja vista expressa disposição legal nesse sentido.
 - (E) equivalente a 2 vezes o valor do dano, podendo ser aumentada até o triplo, em virtude da gravidade do ato praticado, independentemente da situação econômica do réu.
18. Considere a seguinte situação hipotética: Atena, servidora pública do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, foi eleita Deputada Federal. Nesse caso, está afastada de seu cargo público, exercendo o referido mandato eletivo. Nos termos preconizados pela Constituição Federal, apesar do afastamento, o tempo em que Atena está exercendo o mandato eletivo
- (A) será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento e para benefício previdenciário.
 - (B) será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
 - (C) será contado para todos os efeitos legais, sem qualquer exceção.
 - (D) será contado para todos os efeitos legais, exceto para benefício previdenciário.
 - (E) não será computado para quaisquer efeitos legais, por disposição expressa da Constituição Federal nesse sentido.
19. Ares e Zeus são servidores públicos federais há dez anos. Em fevereiro de 2025, ambos praticaram condutas vedadas, conforme preceitua a Lei nº 8.112/1990. Ares revelou segredo do qual se apropriou em razão do cargo, e Zeus acumulou ilegalmente dois cargos públicos. Nos termos da mencionada Lei nº 8.112/1990,
- (A) a conduta de Ares está sujeita à penalidade de advertência e a de Zeus à penalidade de suspensão.
 - (B) ambas as condutas estão sujeitas à penalidade de advertência.
 - (C) a conduta de Ares está sujeita à penalidade de advertência e a de Zeus à penalidade de demissão.
 - (D) ambas as condutas estão sujeitas à penalidade de demissão.
 - (E) a conduta de Ares está sujeita à penalidade de demissão e a de Zeus à penalidade de advertência.
20. Uma das hipóteses de não conhecimento do recurso administrativo, prevista na Lei nº 9.784/1999, se dá quando o recurso foi interposto perante órgão incompetente. Nesse caso, consoante dispõe a mencionada lei,
- (A) poderá a Administração rever de ofício o ato ilegal, independentemente de ocorrida preclusão administrativa.
 - (B) estará a Administração impedida de rever de ofício o ato ilegal, ainda que não ocorrida preclusão administrativa.
 - (C) será indicada ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.
 - (D) o não conhecimento do recurso inviabiliza nova interposição recursal, haja vista o equívoco cometido pelo recorrente, não cabendo à Administração indicar ao recorrente a autoridade competente na hipótese.
 - (E) será indicada ao recorrente a autoridade competente, de modo a instruí-lo do correto trâmite procedimental, todavia, não haverá devolução de prazo para recurso.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Os estudiosos da questão climática alertam que vão ocorrer novos eventos climáticos extremos no futuro. Considerando a possibilidade de novos desastres ligados a estes eventos, na fase de estudo de viabilidade técnico-econômica de equipamentos urbanos ou de conjuntos de construções com impacto no território, a equipe técnica deve verificar a necessidade de
- (A) retificar o curso das águas de planície, a fim de evitar deslizamento das encostas e acúmulo de material sólido destes acidentes sobre as moradias precárias e que impactam na velocidade das águas durante chuvas mais intensas.
 - (B) canalizar os rios e córregos de planície, a fim de evitar que as águas afetem a população mais vulnerável e que ocupa construções precárias, diminuindo o impacto sobre as áreas densas e já urbanizadas.
 - (C) manter planícies de inundação e regiões de várzea como áreas para armazenamento das águas, atrasando e atenuando a cheia e diminuindo a exposição em áreas de risco.
 - (D) evitar a ocupação em zonas de alto índice pluviométrico, direcionando novas ocupações habitacionais para as encostas que nunca tenham apresentado casos de deslizamento ou para regiões de várzea.
 - (E) tamponar rios e córregos, evitando a inundação e forçando o curso das águas ao traçado das infraestruturas corretamente dimensionadas e que possibilitam atenuar as cheias e reduzir incidentes.

22. Em relação à Lei nº 14.133/2021, considere:

- I. A Administração Pública deve exigir a apresentação dos documentos de habilitação de todos os licitantes.
- II. Os agentes públicos podem desempenhar mais de uma função dentro do mesmo procedimento licitatório.
- III. Existe previsão de participação popular no processo de licitação.
- IV. Nos concursos destinados à elaboração de projeto, o vencedor deverá ceder o projeto à Administração Pública.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) III e IV.
- (E) II e III.

23. Segundo a NBR 7678/1983, durante a fase inicial da obra, recomenda-se fazer uma vistoria completa das propriedades vizinhas. Esta vistoria, destinada à identificação de alguma potencialidade de risco relacionada com as atividades na obra a ser iniciada, inclui coleta de informações

- (A) dos moradores e proprietários e exame cuidadoso das estruturas.
- (B) dos moradores e exame das alvenarias com registro fotográfico.
- (C) dos moradores e proprietários e registro fotográfico das alvenarias.
- (D) de anormalidades e exame cuidadoso da caixilharia e acabamentos.
- (E) de anormalidades e exame cuidadoso de pisos, pinturas e portas.

24. O BIM – *Building Information Modeling* pode ser aplicado à __I__ do edifício, permitindo a criação e inserção de dados em um modelo de construção paramétrico, contemplando manutenções __II__.

Considerando a NBR 5674 e possibilidades do BIM – *Building Information Modeling*, completam, correta e respectivamente, as lacunas I e II:

- (A) manutenção – corretivas, preventivas e preditivas
- (B) operação e manutenção – corretivas, preventivas e preditivas
- (C) operação – corretivas
- (D) manutenção – corretivas e preventivas
- (E) operação – preventivas e preditivas



25. Segundo o Decreto nº 10.306/2020, a primeira fase de implementação do BIM no país abrange no mínimo a elaboração dos modelos de arquitetura e dos modelos de engenharia referentes às disciplinas de estruturas; instalações hidráulicas; instalações de aquecimento, ventilação e ar-condicionado; instalações elétricas e
- (A) o ciclo de vida da construção – conjunto das etapas que o empreendimento abrange; a disponibilização dos arquivos eletrônicos, que deverão conter os modelos e os documentos técnicos que compõem o projeto de arquitetura e engenharia, em formato aberto.
 - (B) os usos previstos no contrato; e o gerenciamento e a manutenção do empreendimento após a sua construção, cujos projetos de arquitetura e engenharia e cujas obras tenham sido desenvolvidos ou executados com aplicação do BIM.
 - (C) área de implantação; área bruta de construção; área total de construção; ou quantitativo de pisos acima ou abaixo da cota de soleira; o programa de necessidades; as atividades de gerenciamento do uso e de manutenção do empreendimento após a sua construção.
 - (D) a orçamentação, o planejamento e o controle da execução de obras; e a atualização do modelo e de suas informações como construído (*as built*), para obras cujos projetos de arquitetura e engenharia tenham sido realizados ou executados com aplicação do BIM.
 - (E) a detecção de interferências físicas e funcionais entre as diversas disciplinas e a revisão dos modelos de arquitetura e engenharia, de modo a compatibilizá-los entre si; a extração de quantitativos; e a geração de documentação gráfica, extraída dos modelos referenciados.
-
26. Conforme a NBR 16636, nos Projetos para Licenciamento, são informações técnicas a serem produzidas, aquelas necessárias e suficientes ao atendimento dos requisitos legais para os procedimentos de análise e de aprovação do projeto para a sua construção, incluindo os órgãos
- (A) públicos e privados de registro de novos empreendimentos, Câmara de Acompanhamento e Coordenação dos Instrumentos Urbanísticos, Departamento de Mobilidade e Transportes Municipais e demais agências nacionais de segurança climática.
 - (B) gestores ao qual o projeto encontra-se vinculado, tais como Prefeitura Municipal, Corpo de Bombeiros, Funai, Incra, Iphan, ICMBIO, Superintendência do Trabalho e Emprego e demais órgãos públicos do meio ambiente, bem como as secretarias estaduais de habitação.
 - (C) públicos e as companhias concessionárias de serviços públicos, como departamento de obras e de urbanismo municipais, conselhos dos patrimônios artísticos e históricos distritais, municipais e estaduais, autoridades estaduais e federais para a proteção dos mananciais e do meio ambiente, e Departamento de Aeronáutica Civil.
 - (D) de desenvolvimento urbano, grupos de trabalho e observatórios do meio ambiente, conselhos de comunicação e cultura e diferentes órgãos envolvidos na concessão das licenças de mobilidade rodoviária.
 - (E) públicos municipais exclusivamente e que atuam diretamente na aprovação de projetos, na emissão das licenças, fiscalização das obras, planejamento e desenvolvimento urbano, políticas urbanas, meio ambiente, finanças.
-
27. Na reforma de uma área privativa de uma edificação, houve a alteração do projeto com a inclusão de um novo sanitário anteriormente não previsto durante a execução da obra. Neste caso, segundo a NBR 16280:
- (A) As partes da obra não afetadas podem ter sua execução continuada ficando o acesso de materiais e funcionários liberado e a obra da área alterada poderá ser retomada após nova submissão e análise de documentos e recebimento formal de sua aprovação pelo profissional habilitado.
 - (B) As partes da obra não afetadas podem ter sua execução continuada ficando o acesso de materiais e funcionários liberado e a obra poderá ser retomada após o protocolo dos novos documentos sem a necessidade de nova aprovação pelos órgãos responsáveis.
 - (C) A obra deve ser imediatamente suspensa ficando o acesso de materiais liberado para armazenamento e a obra poderá ser retomada após a submissão dos novos documentos sem a necessidade de nova aprovação pelos órgãos responsáveis.
 - (D) As partes da obra não afetadas podem ter sua execução continuada e suspensos os serviços relacionados à nova área incluída que será liberada após recebimento formal de sua aprovação pelo profissional habilitado.
 - (E) A obra deve ser imediatamente suspensa e proibido o acesso de materiais e funcionários e a obra só poderá ser retomada após nova submissão e análise de documentos e recebimento formal de sua aprovação pelo profissional habilitado.



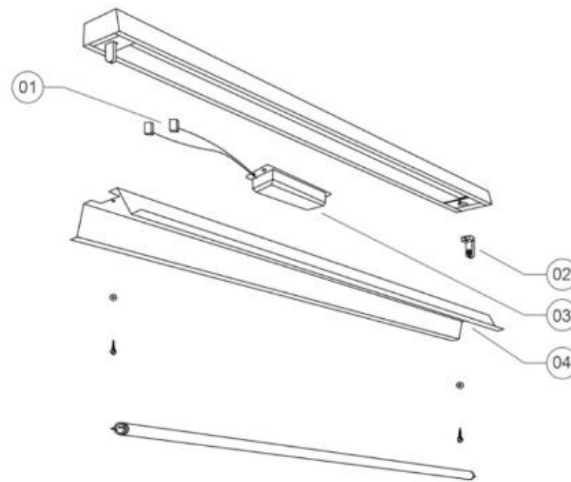
-
28. A Madeira Laminada Colada (MLC) ou Glulam é utilizada em
- (A) paredes e lajes e é executada com pequenos pedaços de madeira, com diâmetro de 8 a 10 cm que são processados e fatiados, prensados a quente.
 - (B) paredes e é concebida pela colagem de flocos de madeira que são orientados paralelamente.
 - (C) lajes e produzida a partir de diversas peças de madeira serrada, que são fixadas mecanicamente com pregos ou parafusos.
 - (D) pilares e vigas e é concebida pela colagem das madeiras em paralelo, com adesivos duráveis e com resistência à umidade.
 - (E) coberturas e é concebida pela colagem de fibras da madeira paralelas ao sentido longitudinal da peça com juntas lapidadas.
-
29. O *design* generativo combina o projeto paramétrico à inteligência artificial e fundamenta-se
- (A) na representação virtual de um objeto ou sistema projetado para refletir com precisão um objeto físico e que é atualizado em tempo real utilizando simulação, aprendizado de máquina e raciocínio a fim de auxiliar na tomada de decisões.
 - (B) na abordagem algorítmica para a criação de alternativas de projeto derivadas de pressupostos definidos pelo projetista, permitindo mecanizar tarefas e explorar múltiplas soluções com geometrias complexas, difíceis de se obter por meios tradicionais.
 - (C) no desenvolvimento holístico de criação e gerenciamento com base em um modelo inteligente que integra dados estruturados e multidisciplinares para produzir uma representação digital de um edifício em todo seu ciclo de vida.
 - (D) na representação digital de um projeto de construção que integra informações sobre suas características físicas e funcionais que permite aos arquitetos e demais profissionais envolvidos trabalharem de forma integrada.
 - (E) no formato de dados que visa permitir a troca de modelos de informações sem perda ou distorção de dados, e que aprimora a comunicação, a produtividade, o tempo de entrega e a qualidade em todo o ciclo de vida de um edifício.
-
30. Antes de começar qualquer obra de reforma, a equipe técnica deve realizar um levantamento completo no edifício que será reformado. Atualmente as informações do edifício construído podem ser obtidas a partir de nuvens de pontos que são
- (A) um conjunto de coordenadas tridimensionais que representam pontos individuais em um espaço e podem ser obtidos por meio de diferentes tecnologias, incluindo o escaneamento a laser (LIDAR), a fotogrametria, e através de drones equipados com sensores.
 - (B) uma técnica que permite controlar a geometria parametricamente para determinar rapidamente o contorno de paredes, pisos, coberturas e estruturas existentes, onde as informações podem ser obtidas por meio de equipamentos de georadar.
 - (C) um processo de levantamento, produção e representação digital 3D de um objeto ou área, tecnologia de interface entre o usuário e um sistema operacional cria a experiência do passeio no imóvel por meio de aplicativos e simuladores.
 - (D) um processo informatizado de dados associados a uma referência geográfica em uma base cartográfica e topográfica, que utiliza sensores, tratamento da informação, dados geomáticos com obtenção dos desenhos de as *built*.
 - (E) um método que reúne aplicativos e ferramentas BIM, utilizado para gerar imagem com base em um modelo 2D aliado à técnica de inspeção não destrutiva que usa ondas sonoras que mostram o estado da estrutura dos edifícios.
-
31. A provisão de armários adequados é muito importante no planejamento de ambientes internos, em especial quando o espaço é exíguo. Para determinar as necessidades de armazenagem, devem ser analisados:
- (A) O tipo de piso do local, os materiais das paredes, as dimensões do ambiente, posição das mesas e cadeiras do usuário que irá utilizar o mobiliário.
 - (B) A proximidade das mesas de trabalho, a possibilidade de fechamento do mobiliário, as cores e combinações possíveis, a textura do material.
 - (C) O tipo de revestimento das paredes de fixação, a incidência de luz, o perfil do usuário, os acabamentos do mobiliário e o tipo de sua superfície.
 - (D) O local onde são necessários, o tipo de armário, tamanhos e formatos de itens que serão armazenados, frequência de uso, o alcance e visibilidade.
 - (E) As paredes que receberão o mobiliário, a iluminação e ventilação do ambiente, cores das superfícies e contraste desejado.
-



32. Dentre as variáveis climáticas que caracterizam uma região, podem-se distinguir as que mais interferem no desempenho térmico dos espaços construídos:
- (A) oscilação diária e anual da temperatura e umidade relativa, a quantidade de radiação solar incidente, o grau de nebulosidade do céu, a predominância de época e o sentido dos ventos e índices pluviométricos.
 - (B) oscilação constante do calor sensível sobre a superfície das edificações, periodicidade das chuvas, vento norte predominante, velocidade do ar no verão, intensidade do fluxo térmico por convecção e radiação ou mecanismo de troca de calor.
 - (C) continentalidade, temperatura de superfície, inércia térmica, calor específico, sombreamento, geometria da insolação, movimento diário do Sol percebido na esfera celeste como circunferência, denominado trajetória aparente do Sol.
 - (D) latitude, diferenças de pressões originadas das diferenças de temperaturas do ar interno e externo ao edifício e diferenças de pressão.
 - (E) continentalidade, a quantidade de radiação solar associada ao sombreamento e à geometria da insolação, a trajetória dos ventos e trocas secas denominadas calor sensível.
-
33. As diretrizes específicas quanto ao mobiliário dos postos de trabalho e que visam adaptar o ambiente às características físicas dos trabalhadores e à natureza de suas atividades, na Norma Regulamentadora 7 de Segurança e Saúde no Trabalho, incluem
- (A) níveis de iluminação, conforto acústico e conforto térmico; necessidade de haver iluminação apropriada à natureza da atividade, instalada de forma a evitar ofuscamento.
 - (B) orientação a todo trabalhador designado para o transporte manual não eventual de cargas quanto aos métodos de levantamento, carregamento e deposição de cargas.
 - (C) normas de produção; modo operatório, quando aplicável; exigência de tempo; ritmo de trabalho e o conteúdo das tarefas e os instrumentos e meios técnicos disponíveis.
 - (D) manutenção do diálogo, de modo que os trabalhadores possam sanar dúvidas quanto ao exercício de suas atividades e facilitação do trabalho em equipe.
 - (E) adaptação do mobiliário; regulagem de posições; requisitos para trabalho manual; apoio para os pés e zona de alcance máximo.
-
34. O programa de necessidades é um dos primeiros passos do processo do projeto. Esta atividade analítica deve conter
- (A) áreas totais dos ambientes; áreas efetivas de circulação e indicadores para implantação; possíveis formas de implantação para atendimento das condicionantes físicas previstas e relação de sistemas e utilidades e serviços.
 - (B) as áreas de iluminação e ventilação relacionadas com os respectivos pisos dos ambientes; soluções gerais espaciais para a concepção; áreas totais dos ambientes; áreas efetivas de circulação e indicadores para implantação.
 - (C) a definição da função e usos a serem desenvolvidos na edificação; o estudo de compatibilidade entre os diversos usos; um quadro de áreas com quantidades e dimensionamentos de ambientes e estimativa de áreas de circulação e de totais de área útil e construída.
 - (D) possíveis formas de implantação para atendimento das condicionantes físicas previstas; relação de sistemas e utilidades e serviços necessários ao funcionamento do edifício; e distribuição equilibrada dos espaços.
 - (E) a relação de ambientes e suas quantidades; verificação da legislação e normas específicas; relação dos conjuntos hidráulicos e elétricos a serem incorporados; e estimativa de áreas de circulação e de totais de área útil e construída.
-
35. O modelo BIM autoral é
- (A) aquele gerado em formato aberto, que integra todas as disciplinas com suas especificações, informações, geometrias, criadas em diferentes *softwares* BIM e que permitem a verificação de conflitos.
 - (B) aquele que um projetista, seja arquiteto ou de outra disciplina, utiliza para o desenvolvimento de seu trabalho e para a elaboração da documentação de sua especialidade.
 - (C) uma combinação de diversos arquivos das diferentes especialidades, a soma dos dados desses diferentes arquivos que, graças à interoperabilidade, fornece uma visão completa da construção virtual.
 - (D) aquele composto por diferentes arquivos de formato proprietário, gerados pelo coordenador do projeto e seu responsável técnico, e que somados propiciam a visão completa da construção virtual.
 - (E) uma combinação integrada de arquivos em um único arquivo central do qual se obtém a visualização completa do empreendimento com igual geometria e a composição física do projeto global.



36. Considere a luminária apresentada na imagem abaixo:



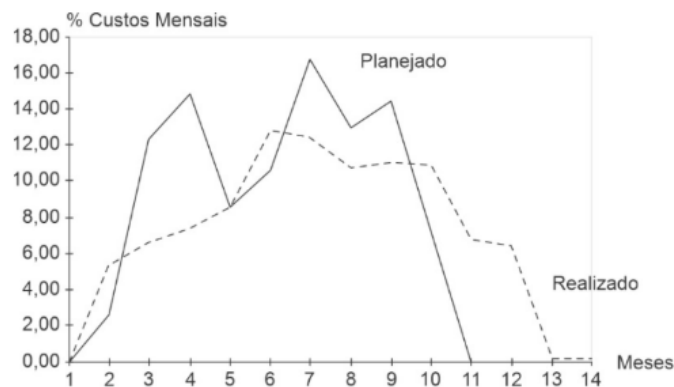
Correspondem a 1, 2, 3 e 4, respectivamente, os seguintes elementos:

- (A) chassis – fecho de pressão – refletor – difusor.
 (B) fechos de pressão – prensa – soquete – borne.
 (C) reatores – presilha – chassis – soquete.
 (D) presilhas – borne – difusor – prensa.
 (E) bornes – soquete – reator – refletor.

37. A estratégia bioclimática utilizada para aumentar a umidade relativa do ar e diminuir a sua temperatura, podendo ser obtida de forma direta ou indireta, é conhecida como

- (A) Ventilação cruzada.
 (B) Inércia térmica para resfriamento.
 (C) Resfriamento evaporativo.
 (D) Resfriamento artificial.
 (E) Aquecimento solar passivo.

38. Considere as curvas de agregação de gastos mensais de uma obra apresentadas na figura abaixo:

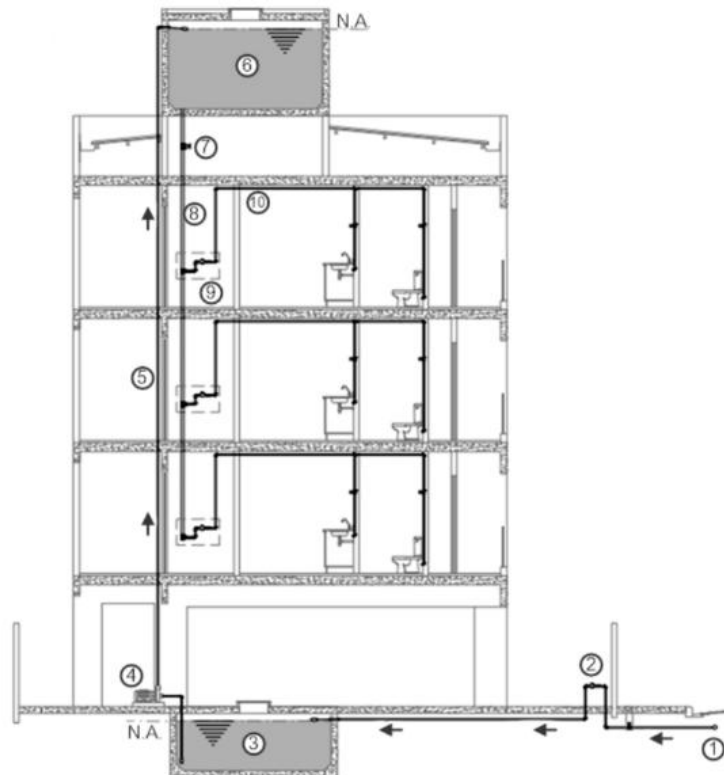


Através da leitura destes gráficos, construídos a partir de um cronograma físico-financeiro, identifica-se que:

- (A) A curva de agregação realizada apresenta momentos de altos e baixos, dificultando a identificação de períodos de mobilização e de desmobilização.
 (B) Houve uma aceleração menor no oitavo mês da obra e uma mobilização de recursos inferior ao planejado para este período.
 (C) Se a captação dos recursos fosse realizada com base no cronograma planejado, haveria a mobilização do capital no terceiro mês depois de sua necessidade na obra.
 (C) Se a captação dos recursos fosse realizada com base no cronograma planejado, haveria a mobilização do capital no terceiro mês depois de sua necessidade na obra.
 (D) O período intermediário entre a mobilização e a desmobilização realizadas segue a curva de agregação clássica, ou seja, um patamar de desembolsos constantes.
 (E) O período de desmobilização de recursos entre o nono e o décimo-primeiro mês foi planejado de forma bem menos abrupta do que o ocorrido realmente.



39. Ao discorrer sobre o projeto de novas escadas e seus elementos, a NBR 9050 considera que
- (A) A guia de balizamento deve ter altura mínima de 5 cm e os corrimãos devem prolongar-se por no mínimo 0,30 m nas extremidades.
 - (B) As escadas devem ter no mínimo um patamar a cada 3,20 m de desnível e a guia de balizamento deve ter altura mínima de 10 cm.
 - (C) Os corrimãos devem prolongar-se por no máximo 0,30 m nas extremidades e a inclinação transversal mínima dos patamares deve ser diferente para escadas internas e externas.
 - (D) A inclinação transversal mínima dos patamares deve ser a mesma para escadas internas e externas e é proibido o uso de espelhos inclinados nos degraus em rotas acessíveis.
 - (E) É permitido o uso de espelhos inclinados nos degraus em rotas acessíveis e as escadas devem ter no mínimo um patamar a cada 3,50 m de desnível.
-
40. Com relação às mudanças de direção na sinalização tátil direcional no piso, de acordo com a NBR 16537, quando
- (A) houver qualquer mudança de direção, a sinalização tátil de alerta utilizada deve possuir cor que contraste com a sinalização tátil direcional.
 - (B) quatro faixas direcionais se encontrarem, deve haver sinalização tátil de alerta com o dobro da largura da sinalização tátil direcional, não ultrapassando o limite de largura total de até 50 cm.
 - (C) houver mudança de direção com ângulo entre 150° e 180°, deve haver sinalização tátil de alerta, formando áreas de alerta com dimensão equivalente ao triplo da largura da sinalização direcional.
 - (D) três faixas direcionais se encontrarem, a área de alerta deve ser posicionada com pelo menos um dos lados em posição ortogonal a uma das faixas direcionais.
 - (E) houver mudança de direção formando ângulo entre 120° e 150°, a sinalização tátil de alerta indicando a mudança é dispensável.
-
41. Considere o sistema predial de instalações hidrossanitárias apresentado na imagem abaixo.



Correspondem à tubulação de recalque e coluna de distribuição:

- (A) 5 e 8.
- (B) 10 e 2.
- (C) 4 e 10.
- (D) 2 e 5.
- (E) 8 e 9.



-
42. No Brasil, um Plano de Mobilidade Urbana deve
- (A) ser compatível com os planos diretores e, quando couber, com os planos de desenvolvimento urbano, e contemplar medidas destinadas a atender apenas aos núcleos urbanos formais já consolidados.
 - (B) contemplar medidas destinadas a atender aos núcleos urbanos informais já consolidados e ser obrigatório para municípios que tenham uma população igual ou maior que 20 mil habitantes.
 - (C) ser obrigatório para municípios que tenham uma população igual ou maior que 10 mil habitantes e ter sempre o foco no transporte não motorizado e no planejamento da infraestrutura urbana destinada a deslocamentos a pé e por bicicleta.
 - (D) ter sempre o foco no transporte não motorizado e no planejamento da infraestrutura urbana destinada a deslocamentos a pé e por bicicleta, e ser obrigatório em áreas de interesse turístico, principalmente em cidades litorâneas afetadas pela mobilidade durante as férias.
 - (E) ser facultativo em áreas de interesse turístico, com exceção de cidades litorâneas, em que deve ser obrigatório, e ser compatível com os planos de desenvolvimento urbano e, não necessariamente, com os planos diretores do município.
-
43. O Estatuto da Cidade estabelece que
- (A) a usucapião especial de imóvel urbano poderá ser invocada como matéria de defesa, sendo facultativa a intervenção do Ministério Público neste tipo de ação, e a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente é proibida nas operações urbanas consorciadas.
 - (B) o direito de superfície confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, e o plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.
 - (C) a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente poderá ser prevista nas operações urbanas consorciadas, e o direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.
 - (D) o plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima da taxa de ocupação básica adotada, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário e decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder ao direito de superfície.
 - (E) decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder ao direito de preempção e a usucapião especial de imóvel urbano poderá ser invocada como matéria de defesa, sendo obrigatória a intervenção do Ministério Público neste tipo de ação.
-
44. Em sua primeira parte, a NBR 15575 apresenta os seguintes fatores como aqueles que expressam devidamente os requisitos do usuário relativos à habitabilidade:
- (A) Conforto visual; harmonia paisagística; segurança contra fogo.
 - (B) Impacto ambiental; saúde, higiene e qualidade do ar; manutenibilidade.
 - (C) Segurança estrutural; desempenho acústico; funcionalidade e acessibilidade.
 - (D) Desempenho lumínico; durabilidade; segurança no uso e na operação.
 - (E) Estanqueidade; desempenho térmico; conforto tátil e antropodinâmico.
-
45. Fere o Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
- (A) assumir serviços profissionais somente quando considerar que os recursos materiais e financeiros necessários estão adequadamente definidos e disponíveis para o cumprimento dos compromissos a firmar com o contratante.
 - (B) declarar-se impedido de contratar, representar ou associar-se a pessoas que estejam sob sanção disciplinar, excluídas ou suspensas por seus respectivos conselhos profissionais.
 - (C) estipular os honorários ou quaisquer remunerações apenas quando solicitado a oferecer serviços profissionais.
 - (D) realizar trabalhos de avaliação crítica, perícia, análise, julgamento, mediação ou aprovação de projetos ou trabalhos do qual seja autor ou de cuja equipe realizadora faça parte.
 - (E) recusar-se a receber honorários, pagamentos ou vantagens de duas partes de um mesmo contrato vigente.
-



46. Considerando a classificação estabelecida pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), são considerados como resíduos que podem ser reciclados ou reutilizados como agregados em obras de infraestrutura, edificações e canteiro de obras:
- (A) tijolos, telhas e revestimentos cerâmicos.
 - (B) pincéis, calhas metálicas e louças sanitárias.
 - (C) blocos de concreto, vidro e gesso.
 - (D) argamassa, tubos de concreto e estopas.
 - (E) materiais de amianto, madeira e papelão.
-
47. Considere as seguintes afirmações relativas ao Decreto nº 5.296/2004:
- I. O documento trouxe considerações específicas à acessibilidade para o transporte coletivo rodoviário, aquaviário, metroviário, ferroviário e aéreo.
 - II. A aplicação dos princípios de desenho universal na concepção e implantação de projetos arquitetônicos e urbanísticos foi reforçada, tendo como referências as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e novas regras contidas no decreto.
 - III. Soluções destinadas à eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade a todos os bens culturais imóveis são devidamente especificadas, invalidando instruções específicas definidas pelo IPHAN anteriormente.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III.
 - (B) I.
 - (C) II e III.
 - (D) I e II.
 - (E) II.
-
48. O Projeto Construa Brasil foi lançado em 2022 pelo Governo Federal tendo como objetivo modernizar e desburocratizar o setor da construção civil no país. Para alcançá-lo, foram traçadas grandes metas relacionadas à agenda da Construção Civil, dentre as quais:
- (A) Incentivar Técnicas Construtivas Vernaculares dos Povos Originários.
 - (B) Estimular a Aplicação de Novas Tecnologias Relacionadas ao CAD.
 - (C) Criar Convergência das Leis de Uso e Ocupação do Solo (LUOS).
 - (D) Melhorar o Processo de Concessão de Alvará de Funcionamento (Habite-se).
 - (E) Identificar e Adequar o Regulamento Técnico para Incentivo à Coordenação Modular.
-
49. Considere as seguintes afirmações relativas ao Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV):
- I. O EIV será executado de forma a contemplar apenas os efeitos negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades.
 - II. A elaboração do EIV substitui a elaboração e a aprovação de Estudo de Impacto Ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.
 - III. Os documentos integrantes do EIV deverão estar disponíveis para consulta pública, no órgão competente do Poder Público municipal, por qualquer interessado.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I.
 - (E) I e II.
-
50. Respeitar a diversidade territorial brasileira, em seus aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais trata-se, na Carta Brasileira para Cidades Inteligentes, de
- (A) uma das dez definições de cidades inteligentes.
 - (B) um dos cinco princípios balizadores.
 - (C) uma das seis diretrizes norteadoras.
 - (D) um dos oito objetivos estratégicos.
 - (E) um dos 12 segmentos de público-chave.

**PROVA DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, *Capítulo 11: item 11.1 A Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de 01 (uma) questão prática, para a qual o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. [...] 11.14 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso, deverá ser rigorosamente observado o limite máximo de 20 (vinte) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos ao Estudo de Caso. [...] 11.15 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. [...]*

QUESTÃO 1

Suponha que o projeto de reforma dos edifícios de um Tribunal tenha sido finalizado e o arquiteto deve fazer a montagem da folha e exportá-la em formato pdf. O projeto foi apresentado em duas fases, sendo desenhado no programa AutoCAD na primeira e no programa Revit na segunda. Em ambas as fases, constam no projeto uma planta e um corte, utilizando-se como unidade o sistema decimal, sendo 1 unidade = 1 metro, considerando que a planta deve ser apresentada na escala 1:100 e o corte na escala 1:50. Tendo em vista que os desenhos irão ocupar adequadamente o espaço e as folhas já estão devidamente inseridas e com o carimbo preenchido, atenda ao que se pede.

Na Fase 1:

- a. Apresente como devem ser realizados os principais comandos para a montagem das plantas nas escalas adequadas no espaço do papel (*paperspace*).
- b. Indique quatro variáveis que devem ser ajustadas no comando de formatação da folha (*Page Setup*).

Na Fase 2:

- c. Demonstre duas formas possíveis de inserção dos desenhos na folha, destacando a localização dos comandos utilizados.
- d. Identifique o comando que auxilia no alinhamento dos elementos na folha e sua principal variável.

Observação: É necessário informar na sua resposta, obrigatoriamente, a letra do item correspondente.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	